

**OS LIMITES À ATIVIDADE DE IMPRENSA:  
CONFLITO ENTRE LIBERDADE DE  
EXPRESSÃO A GARANTIAS INDIVIDUAIS**

**Beatriz de Andrade Magalhães**

sob orientação de  
**Joaquim Welley Martins**

**Escola de Comunicação Social**

**2006**

**OS LIMITES À ATIVIDADE DE  
IMPrensa: CONFLITO ENTRE  
LIBERDADE DE EXPRESSÃO A  
GARANTIAS INDIVIDUAIS**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Comunicação  
Projeto final - habilitação jornalismo  
Aluna: Beatriz de Andrade Magalhães  
Dre: 102019496  
Orientador: Joaquim Welley Martins**

**Rio de Janeiro  
Julho de 2006**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A Função da Imprensa a Sociedade Democrática.....</b>	<b>7</b>
1.1 - A história da imprensa e seu papel na democracia moderna.....	7
1.2 - A importância da imprensa livre.....	12
1.3 - O novo cenário do jornalismo brasileiro.....	14
<b>CAPÍTULO 2 – A Ética Jornalística.....</b>	<b>18</b>
2.1 - O código de ética do jornalista e a legitimidade dos direitos da imprensa.....	20
2.2 – Dever de sigilo <i>versus</i> dever de informar.....	22
2.3 – O direito ao sigilo da fonte.....	25
<b>CAPÍTULO 3 - Conflito Entre os Princípios da Liberdade                                   de Informação e da Tutela dos Direitos                                   da Personalidade.....</b>	<b>28</b>
3.1 - A importância da liberdade de informação .....	31
3.2 - Abuso de direito na atividade da imprensa.....	34
<b>CAPÍTULO 4 - O Poder Judiciário na Imposição de                                   Limites à Prática Jornalística.....</b>	<b>40</b>
4.1 - Cerceamento à liberdade de imprensa pela indústria do dano: o exemplo de Eduardo Consentino.....	40
4.2 - O cerceamento à liberdade de imprensa por censura prévia.....	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

A atividade da imprensa situa-se entre limites tênues da liberdade de informação e da liberdade individual, entre a notícia e a ofensa à honra ou dignidade do cidadão. Para que se possa compreender a questão é necessário analisar o conflito existente entre os princípios do ordenamento jurídico brasileiro, quais sejam, da liberdade de informação e da tutela dos direitos da personalidade, no cenário em que a imprensa é um elemento importante para a manutenção do Estado democrático.

Ocorre que, às vezes, o exercício do direito de informação entra em choque e lesa os direitos individuais. Nesta situação, incide a ação do Poder Judiciário, visando solucionar o conflito e reparar os danos causados, quando for o caso. Contudo, a ponderação de princípios constitucionais se apresenta como um grave problema tanto para o operador do direito, como para os profissionais de imprensa.

Se a Constituição Federal de 1988 consagra, no inciso X de seu art. 5º, a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, assegurando a indenização pelos danos materiais e morais decorrentes de sua violação, a mesma Carta Magna também garante, no inciso IV do art. 5º, a livre manifestação do pensamento. Assim, nas circunstâncias em que se observa uma colisão entre esses princípios, impõem-se a necessidade de buscar o equilíbrio de tal forma que, por vezes, a norma de proteção aos direitos da pessoa irá representar uma barreira, ou uma restrição, circunscrita ao âmbito de liberdade de expressão reconhecido pela própria Constituição.

Os limites impostos à liberdade, entretanto, não se encontram definidos com precisão. Não há uma rota segura, um caminho apontado de antemão pelo constituinte ou pelo legislador, para que se possa realizar a ponderação entre os dois princípios. Nestas circunstâncias, a atuação da jurisprudência tem sido decisiva para fixar a força relativa de cada um dos princípios, ou para realizar a ponderação entre os mesmos.

A Constituição Federal, ao garantir a liberdade de imprensa como garantia fundamental, reconhece que a imprensa livre é um elemento indispensável ao Estado democrático de direito, e sem a qual este não pode existir. Por esta razão, os veículos de

comunicação social contam com um regime de proteção especial, que, sem eliminar a tutela dos direitos da personalidade, possibilitam à imprensa desempenhar com liberdade suas atividades. Por envolver a crítica política e social, bem como a revelação de fatos jornalísticos socialmente relevantes, a atividade de imprensa causa, com frequência, prejuízo à imagem e à honra de pessoas envolvidas.

Se não gozasse de proteção especial para exercer sua atividade com liberdade, a imprensa sucumbiria diante das pesadas indenizações por violação à imagem de pessoas, ainda que os fatos noticiados fossem verdadeiros. Com isso, as indenizações passariam a ser um verdadeiro meio de censura, capaz de limitar e de cercear a liberdade dos meios de comunicação. Afirmar que os veículos de comunicação social dispõem de um regime especial de proteção à liberdade, todavia, não significa dizer que as normas tutelares da honra, da intimidade, da vida privada e da imagem das pessoas não se aplicam à imprensa. Significa apenas que tais normas possuem, em relação à imprensa, um peso relativamente menor.

É importante observar que a proteção à livre expressão de pensamento e difusão de informação goza de proteção superior ao padrão vigente para toda a sociedade, não como um privilégio à imprensa, mas como um instrumento indispensável ao seu funcionamento regular e à preservação do Estado democrático de direito. Cabe ainda ressaltar que as violações à honra e à imagem, quando infligidas por um meio de comunicação social, são potencialmente mais lesivas ao cidadão do que em outras situações, face à repercussão e difusão da informação na mídia.

Este trabalho, em decorrência do manifesto choque entre direitos fundamentais, não tem por finalidade encontrar soluções para superar o conflito entre os princípios. Em contrapartida, pretende-se examinar neste trabalho a fragilidade da imprensa e a atuação do Judiciário, mostrando que muitos juristas ainda entendem que o direito individual deverá prevalecer sobre os coletivos. Por esta razão, será analisado o conflito constitucional entre a liberdade de imprensa e a inviolabilidade da vida privada, ambos direitos assegurados como garantias fundamentais pelo artigo 5º, incisos V, IX e X da Constituição Federal de 1988.

O objetivo do trabalho é apresentar um panorama geral dos conflitos legais que impõem restrições à atividade da imprensa. Para tanto, será apresentado um breve resumo dos acontecimentos históricos que levaram a imprensa a seu atual estágio de

desenvolvimento e importância, baseado na história da imprensa do Brasil, especialmente a partir da obra de Nelson Werneck Sodré. Também serão analisadas as correntes teológica e deontológica da ética e a possibilidade de existir – ou não – uma ética jornalística, que contribuiria para que a atuação dos profissionais não gerasse lesão ou dano a terceiros, bem como orientar o profissional de imprensa quando este tivesse diante de um conflito entre valores contraditórios e válidos.

O trabalho objetiva ainda abordar o conflito entre o dever da imprensa de dar informações quando essas são sigilosas, isto é, se o jornal tem o direito de divulgar informações sigilosas obtidas de forma lícita, do mesmo modo que o direito de segredo da fonte e a importância desta garantia para a atividade dos jornalistas. Com base em processos judiciais e decisões de tribunais, serão apresentadas situações ou exemplos de casos em que a imprensa faltou com seu dever de veicular a verdade e de respeitar o direito de terceiros, configurando episódios de abuso da imprensa, principalmente quando se divulga imagens sem prévia autorização.

O trabalho pretende também fazer breves estudos de casos em que o poder Judiciário atua de modo difuso no limite à atividade da imprensa, a consequência da indústria do dano moral e políticos, como o deputado Eduardo Consentino e o ex-governador Anthony Garotinho, que recorrem ao Judiciário para evitar que a imprensa divulgue informações de interesse coletivo.

Para elaborar o trabalho foram analisadas decisões dos principais tribunais do país, processos judiciais que ainda estão em trâmite, além de terem sido consultados *sites* especializados e livros escritos por jornalistas, bacharéis em direito, juristas, historiadores e teóricos das áreas de comunicação e de direito. Recorreu-se igualmente a advogados que atuam na defesa de veículos de comunicação, que ajudaram a melhor compreender a importância da defesa da imprensa e a necessidade da luta por um jornalismo sempre comprometido com a verdade e sempre honrando seu dever de prestar informações necessárias à sociedade.

# **1. A FUNÇÃO DA IMPRENSA NA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA**

O jornalismo está, e sempre esteve, longe de ser considerado um espaço neutro de divulgação de informação à sociedade. Invariavelmente o jornal apresenta-se como um campo de enfrentamento social, político ou econômico.

O avanço e desenvolvimento da imprensa do país refletiram a introdução de novas tecnologias, bem como as mudanças na sociedade e na evolução do pensamento político. Por meio do estudo dos diferentes momentos históricos, pode-se observar o modo como a imprensa acompanhou as transformações e foi utilizada como um instrumento de luta política. Ao difundir informações e abrir espaço para a crítica e análise da conjuntura do país, os jornais se revelaram como instituição da cidadania e reflexo dos interesses da coletividade. O jornal deve ser visto, neste sentido, como uma vitória do social e dos movimentos em busca do bem comum.

## **1.1. A história da imprensa e seu papel na democracia moderna**

O jornal e o jornalista desempenham diferentes funções, conforme as necessidades sociais e interferem, necessariamente, no equilíbrio ou desequilíbrio do poder existente, seja para contribuir para sua manutenção ou mesmo para a sua desestabilização.

Antes do estabelecimento dos regimes democráticos, a atividade jornalística muitas vezes esteve voltada para a divulgação de decretos e atos governamentais e o conteúdo das informações era fornecido por funcionários públicos. Até o século XVII, a principal função da imprensa era atender às necessidades de comunicação dos governantes e não era vista como uma instituição fiscalizadora do poder e em defesa dos interesses da sociedade.<sup>1</sup>

No início do século XIX havia a proibição formal da Coroa Portuguesa à instalação de oficinas de impressão no Brasil. Por este motivo, o primeiro jornal brasileiro,

---

<sup>1</sup> BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 18.

o *Correio Braziliense* – criado por Hipólito José da Costa, em 1808 – era editado em Londres.<sup>2</sup>

Entre 1808 e 1822, ano em que o país se torna independente e desaparece a proibição formal ao desenvolvimento da imprensa, o único jornal permitido era o órgão oficial do governo, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, inaugurada em setembro de 1808, três meses depois da primeira edição do *Correio Braziliense*.<sup>3</sup>

Somente após a independência do Brasil surgiram os primeiros jornais editados no país e sem vinculação com o governo. A partir de 1822, irrompeu um verdadeiro surto de criação de pequenos veículos impressos. Como não havia outro tipo de publicação no país, os jornais eram o único espaço para a divulgação de idéias, reflexão e entretenimento intelectual, fato que estabeleceu uma relação direta entre jornalismo e literatura.

Durante o surto industrial e o processo de urbanização da década de 1880, o Brasil vivenciou um período de investimentos nos jornais, especialmente a modernização do maquinário gráfico e aumento da importação de papel, reflexo das necessidades da elite agro-exportadora de café.

A informação começa a ser vista como produto, os acontecimentos políticos, econômicos e sociais passam a ocupar o espaço antes preenchido pelo mero debate e os veículos impressos são agora os portadores dos interesses da classe produtora e das camadas médias da população.<sup>4</sup>

A transição da pequena para a grande imprensa coincidiu com o início do século XX. As empresas jornalísticas, com estrutura específica e parques gráficos, melhoraram a produção, a circulação e a relação do jornal com os anunciantes, agentes políticos e leitores.

A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às grandes empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento

---

<sup>2</sup> SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 33.

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> Ibidem. p. 34.



gráfico necessário ao exercício de sua função. (...) o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades.<sup>5</sup>

As páginas dos grandes jornais, como o *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias* e *O Paíz* não se destinavam apenas à política e literatura, mas abriam espaço para entrevistas, reportagens, crônicas, fotografias, charges e noticiário esportivo.<sup>6</sup> Com o aumento das tiragens, vendas e número de leitores, além de uma cobertura cada vez mais abrangente, a imprensa passou a deter o monopólio da opinião pública brasileira.

O projeto gráfico da maioria dos jornais permanecia como as gazetas da Monarquia: poucas páginas; colunas finas e perfeitamente alinhadas; títulos curtos; ausência de manchetes, chamadas e subtítulos, como já era usual em periódicos europeus. O jornal, na visão de um jornalista daquele tempo,

Começa geralmente pelo artigo de fundo, um artigo de sobrecasaca, cartola e *pince-nez*, ar imponente e austero, mas, rigorosamente vazio de opinião; espécie de *puzzle* de flores de retórica que foliculários escrevem com o dicionário de sinônimos a um lado e um jogo de raspadeiras afiadas noutro, literatura cor de rosa e que os homens mais ou menos letrados do país sorvem, logo de manhã cedo, ainda em *robe de chambre* e chinelo *cara-de-gato* no bico do pé [...].<sup>7</sup>

O período entre a duas grandes guerras mundiais marcou uma nova etapa no jornalismo brasileiro. Diante de inúmeros acontecimentos importantes, o jornalismo informativo ganhou mais espaço e o jornalismo literário, aos poucos, foi deixado para trás pela grande imprensa. Sem dúvida, os movimentos políticos, culturais e artísticos dos anos de 1920, que culminaram na nova ordem política instaurada em 1930, contribuíram para as modificações na imprensa.

---

<sup>5</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 275.

<sup>6</sup> TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993. p. 19.

<sup>7</sup> LUIZ EDMUNDO. O Rio de Janeiro do meu tempo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. v. 15, p. 884.

É naquela década que ocorrem, entre outros episódios, o Levante de Copacabana e a Semana de Arte Moderna (1922), a Coluna Prestes, a fundação do Partido Comunista, o movimento armado Isidoro Dias Lopes (1924), as crises republicanas, ou seja, situações que agravam ou desnudam as contradições existentes nas relações sociais do país.<sup>8</sup>

Outros acontecimentos também colaboraram para a mudança do jornalismo brasileiro, como a fundação da primeira emissora de rádio do país, em 1923, e de *O Cruzeiro*, em 1928, revista ilustrada que modificou a concepção dos semanários existentes ao apresentar um sentimento de modernidade que refletia as vanguardas artísticas.<sup>9</sup>

As terceiras e quartas décadas do século XX foram marcadas pela consolidação da estrutura empresarial da imprensa, fator que contribuiu para dificultar o surgimento de jornais e revistas. A concentração da imprensa foi intensa: dezenas de jornais desapareceram e praticamente nenhum novo foi lançado. Dentre os que surgiram, merecem destaque o *Última Hora* (criado apenas em 1951) e *Tribuna da Imprensa*, dirigidos por Samuel Wainer e Carlos Lacerda, respectivamente.

A concentração agravou-se com o desenvolvimento do rádio e da televisão.

---

<sup>8</sup> SEABRA, op.cit., p. 37.

<sup>9</sup> Ibidem. O autor se equivoca ao informar que *O Cruzeiro* foi a primeira revista ilustrada. Esquece-se que, muito antes, a *Kosmo*, por exemplo, já publicava primorosas fotografias para ilustrar as matérias. *O Cruzeiro* de fato inovou, mas foi ao introduzir a linguagem da fotografia, a foto-reportagem, e imprimir grande dinamismo na apresentação gráfica especialmente após a Segunda Guerra Mundial. ANDRADE, Ana M. Ribeiro. 'O Cruzeiro' e a construção de um mito da ciência. *Perspicillum*. v. 8, n. 1, p. 111-112, nov. 1994.

(...) a tendência às grandes corporações, de que os *Diários Associados* constituem o primeiro exemplo, agravar-se-ia com a constituição de corporações complexas, reunindo jornais e revistas, emissoras de rádio e de televisão (...)

É fácil constatar, assim, o poder de que dispõe as empresas que lidam com o jornal, a revista, o rádio, a televisão. A época das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos.<sup>10</sup>

A ampliação das empresas jornalísticas, pela incorporação de outros veículos de comunicação – tais como rádio, revistas semanais e emissoras de televisão –, entretanto, não garantiu sua independência. A imprensa permaneceu dependente dos trâmites e das políticas de importação de papel em grande escala, bem como das agências de notícias internacionais e de agências de publicidade.

Como não poderia ser diferente, o desenvolvimento da imprensa estava condicionado ao desenvolvimento econômico e às políticas cambiais e de importação do país. Na segunda metade do século passado, contudo, a imprensa nacional mostrou avanços na técnica de reportagem e de apresentação da notícia, incorporando princípios do jornalismo norte-americano como o uso do *lead*.

A reforma na técnica de apresentação das notícias foi marcada pelo pioneirismo do *Diário Carioca*, em 1951. Ao *lead* norte-americano foi acrescentado o *sublead* brasileiro. Com a reforma conduzida pelo chefe de reportagem Luís Paulistano, o *Diário Carioca* chegou a vender 45 mil exemplares nos dias úteis e 70 mil aos domingos.<sup>11</sup> Em 1956 foi a vez do *Jornal do Brasil* iniciar sua reforma editorial e gráfica. O processo levou três anos e terminou com a apresentação das matérias de forma inteiramente nova, resultando em uma inovadora modalidade de apresentação das matérias.<sup>12</sup>

Nas décadas de 1960 e 1970, o jornalismo no Brasil se caracterizou pela existência de dois estilos. O primeiro, que ainda predomina nas redações, é baseado na estrutura do *lead*. O segundo, objetivando diferenciar a linguagem escrita das reportagens apresentadas no rádio e na televisão, caracteriza-se pelo estilo das revistas de reportagem, nas quais são permitidos textos analíticos e interpretativos.

---

<sup>10</sup> SODRÉ, op. cit., p. 388-389.

<sup>11</sup> SODRÉ, op. cit., p. 394.

<sup>12</sup> Ibidem. p. 395.

Hoje, o que se nota, é uma mudança do modelo surgido na década de 1970. A convergência tecnológica do processo produtivo associada às novas tecnologias de informação apresenta uma diversidade de estilos jornalísticos.

Se até a década de 1980 era possível visualizar os estilos predominantes (mas não exclusivos) em cada um dos períodos históricos, de uns anos para cá vivemos um momento de multiplicidade de "escolas", novas ou revisitadas, que convergem para um modelo aqui denominado *jornalismo plural*.<sup>13</sup>

O *jornalismo plural* não é considerado um estilo, mas um modelo que reúne diversos estilos e que reflete o surgimento de uma nova mídia, a Internet. Está mídia, sim, alterou profundamente o conceito de notícia. Difunde-se entre jornalistas a idéia de que cada um pode ter seu próprio jornal na rede, retornando o velho modelo de imprensa de opinião. Assim, seja no período de produção restrita ou como veículo de comunicação de massa ao longo de seu desenvolvimento, o jornal sempre atuou na defesa da democracia moderna, oferecendo informações que podem ser usadas pela população como instrumento de combate, ou para desenvolver análises críticas, à medida que se configura como um espaço para a manifestação de opiniões e visões políticas múltiplas.

## **1.2. A importância da imprensa livre**

Não por mera coincidência, os períodos de democracia na história do país coincidem com os períodos de maior liberdade de expressão da atividade da imprensa. A sociedade, inclusive, compartilha a idéia de que a democracia representativa é fundada na existência de meios de comunicação livres. Segundo o advogado, jornalista e escritor Roberto Amaral, a sociedade democrática tem, "como pressupostos indispensáveis (i) o exercício do direito à informação e, concomitantemente, (ii) o usufruto da informação livre,

---

<sup>13</sup> SEABRA, op. cit., p. 43.

isto é, não contaminada".<sup>14</sup> Porém, não foi apenas a sociedade e a própria mídia que buscaram a garantia da liberdade de imprensa. O poder Legislativo também agiu na proteção desta liberdade nos momentos de maior luta pela manutenção da democracia.

A Constituição Federal de 1988 foi, ao mesmo tempo, marco e resultado da batalha pela redemocratização do país. Após o longo período de governos militares ditatoriais e de escolhas indireta para presidente da República, a eleição direta e a chegada ao poder de um civil à Presidência caracterizaram a luta em defesa da manutenção da democracia brasileira. A Constituição de 1988 significou a síntese dos anseios.<sup>15</sup>

Refletindo os valores da sociedade construídos após longos anos de ditadura militar, a Carta Magna promulgada em 1988 se destaca das anteriores pelas normas de organização do Estado em busca do equilíbrio federativo. Além disso, outra importante mudança é o extenso número de direitos fundamentais assegurados em seu artigo 5º, que garante, dentre outros direitos, a liberdade de expressão sem qualquer possibilidade de censura devendo, apenas, estar em conformidade com os demais direitos assegurados constitucionalmente. Desta forma, é confirmada a importância da liberdade de expressão na construção do Estado democrático.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.<sup>16</sup>

Na sociedade democrática, em que os cidadãos são agentes ativos e livres, a liberdade de expressão é o meio de garantir o desenvolvimento do debate público e do desenvolvimento das faculdades individuais. Desta forma, toda e qualquer ação que tenha como resultado o controle sobre os veículos de comunicação é vista, no Brasil, como um risco de controle excessivo e possibilidade de retrocesso ao período ditatorial.

---

<sup>14</sup> AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação no mundo globalizado). In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 75.

<sup>15</sup> SCHREIBER, Simone. Conteúdo e justificativa teórica da liberdade de expressão. *Jus Navigandi*, n. 781, 23 ago. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7184>. Acesso em 08 de abril de 2006.

<sup>16</sup> ANGHER, Anne Joyce (coord.). *Código Civil, Código de Processo Civil, Constituição Federal*. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2004.

### **1.3. O novo cenário do jornalismo brasileiro**

Atualmente, os órgãos de imprensa são considerados prestadores de serviço ao público e, ao mesmo tempo, uma instituição de vigilância do poder responsável pelo fornecimento de informações relevantes para a sociedade, em conformidade com os direitos e necessidades do cidadão. Assim, a liberdade de imprensa é um direito garantido não apenas aos jornalistas, a fim de assegurar a livre prática de seu ofício, mas também à sociedade, que precisa da imprensa para mediar a comunicação pública e para obter informações que permitam o seu desenvolvimento social, profissional e econômico.

O funcionamento do regime democrático pressupõe a existência da liberdade e da igualdade como princípio básico, com a participação política do povo. A liberdade de imprensa é um elemento fundamental e propulsor da opinião pública, sendo, portanto, indispensável à soberania popular e, conseqüentemente, ao próprio funcionamento de um governo democrático. Por esta razão, a liberdade de imprensa é um princípio inegociável, que existe para beneficiar as sociedades democráticas em seus aspectos civis e públicos.

Os jornais e as revistas de cunho informativo desempenham o papel de órgão informador e difusor de notícias na sociedade. Com este encargo, pode-se imaginar a credibilidade e respeito delegados aos jornalistas, o reconhecimento de sua função social e as garantias de cada um no exercício do ofício. Para que a luta pela garantia da liberdade de imprensa seja legítima, espera-se que os jornalistas atuem de acordo com os preceitos da ética, da legalidade, da coerência e, principalmente, conforme os interesses e demandas da sociedade. No entanto, o grande desafio ou mesmo obstáculo é delimitar o que se considera como uma conduta antiética do jornalista.

A realidade nos jornais, contudo, é bastante diferente. A cada dia o ceticismo é maior e os profissionais da área estão perdendo prestígio, confiabilidade e reconhecimento social. Distantes da época que celebrizou os grandes jornalistas, ou os autores de reportagens nas quais enfrentava-se o poder político e econômico, o jornalista de hoje tem pouco poder de decisão e de atuação. Quem determina o assunto, o enfoque, o tamanho

destinado à matéria, a posição no jornal, o título e, claro, se a matéria deve ou não ser publicada, não é o jornalista. O que define o jornal é o que se costuma chamar de "critério jornalístico". Este critério, mais do que nunca, é resultante não apenas da linha editorial do jornal, mas dos objetivos e metas empresariais do jornal. É este critério, portanto, que determina as decisões dos chefes de redação e editores.<sup>17</sup>

Este novo cenário da prática jornalística, que se desenvolveu principalmente ao longo das últimas três décadas, tem tido resultados negativos na imprensa brasileira. Hoje, por exemplo, seria mais correto dizer liberdade de empresa do que liberdade de imprensa. Os veículos de comunicação são livres para divulgar o que lhes parece mais vantajoso em termos de retorno financeiro imediato, ou para aferir vantagens futuras em outras esferas, enquanto os profissionais de jornalismo atuam com a liberdade cada vez mais cerceada pelas metas das empresas em que trabalham. Uma vez que os jornalistas são também forçados a aceitar trabalho sem garantias trabalhistas, ou vínculos empregatícios, fatores de outra ordem interferem no processo: auto-censura, alijamento das responsabilidades da empresa, falta de apoio das empresas aos profissionais diante de um conflito entre liberdade de imprensa e direitos individuais, facilidade de substituição dos profissionais que não coadunam com os interesses das empresas por razões éticas, etc.

A imagem atual do jornal guarda pouca semelhança com os jornais publicados cinquenta anos atrás. Da primeira página do caderno principal aos suplementos especiais, os jornais tornaram-se um espaço de publicidade e de propaganda de todo gênero de produto e serviço. As notícias não são mais assinadas por grandes jornalistas. São, ao contrário, assinadas por grandes agências de notícias, que se tornaram responsáveis por grande parcela das notícias veiculadas. As notícias internacionais cada vez mais são ditadas pela Agence France Presse (AFP), United Press International (UPI), Associated Press (AP), Reuters e outras menores. Os principais jornais do país já possuem grande parte de seu espaço ocupado por notícias produzidas por essas agências, conforme assinalou Clovis Rossi:

---

<sup>17</sup> ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 43.

(...) no período de uma semana, o noticiário internacional de *O Estado* [O Estado de São Paulo] foi preenchido, em 55,8%, com material fornecido pelas grandes agências citadas. Mais 9,4% ficou com reproduções de jornais estrangeiros (*The New York Times*, *The Washington Star*, etc). Somem-se outros 4,8% de outras fontes externas e verifica-se que o jornal preencheu apenas 30% de sua informação internacional com material de seus próprios jornalistas ou colaboradores. (...) os jornais de Belo Horizonte, a terceira cidade do país, ocuparam 93,6% de seu espaço com notícias fornecidas por apenas três agências internacionais: a AFP, a AP e a UPI.<sup>18</sup>

Outros fatores caracterizam o atual modelo de jornal empresarial: o número cada vez menor de jornalistas nas redações e o uso de estagiários em funções antes destinadas aos jornalistas renomados ou experientes. Mas a maior perda do jornalismo talvez seja a falta de confiança da população no que é noticiado. Quando o jornal deixa de se preocupar com o conteúdo de suas matérias e com as questões éticas envolvidas, ou quando se vende uma notícia como fato e não como uma versão do fato, confundindo propositadamente o leitor, o público-leitor perde a confiança no jornal.

A noção segundo a qual o jornalista é uma espécie à parte na humanidade, o *Homo informens*, se nos for permitida tal liberalidade, é não apenas desprovida de racionalidade como desprovida de moral e, se adotada, levaria os jornalistas a se considerarem acima do bem e do mal, ou, de outra forma, se julgarem agentes absolutamente passivos na sociedade, como uma vassoura ou uma pistola automática.<sup>19</sup>

Um dos "pecados éticos" do jornalista é maquiagem sua relação com os fatos e preservar o mito da imparcialidade jornalística. Quando se descobre que não há imparcialidade, o leitor passa a ver a notícia não apenas como parcial mas como uma mentira. Se a notícia é a verdade, como se vende, qualquer dado que não corresponda ao

---

<sup>18</sup> ROSSI, op.cit., p. 79-80.

<sup>19</sup> ABRAMO, Cláudio. Palestra transcrita em Seminário de Jornalismo. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1986 apud BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 97.



fato pode ser alvo de reclamações, perda de credibilidade e, inclusive, ações judiciais. No momento em que se vende a notícia como fato, o jornal fica mais vulnerável.

Como defender a imprensa que, em passado recente, foi capaz de manipular o cenário eleitoral para beneficiar determinado candidato, ocultou manifestações populares como a passeata das Diretas Já, dizendo ser comemoração do aniversário da cidade de São Paulo, e escondeu o quanto pôde o Movimento dos Caras Pintadas contra o ex-presidente Collor, por exemplo?

Embora seja possível enumerar omissões propositais, erros e desvios de missão na imprensa brasileira, a liberdade de imprensa é um princípio inegociável, que existe para beneficiar as sociedades democráticas em seus aspectos civis e públicos. Porém, para que a luta pela garantia da liberdade de imprensa seja legítima, é preciso que os jornalistas atuem com postura ética e noticiem conforme os interesses sociais.

## 2. A ÉTICA JORNALÍSTICA

A palavra ética deriva do termo grego *ethikos*, que é conexo com *êthos* que significa "caráter pessoal; padrão relativamente constante de disposições morais, afetivas, comportamentais e intelectivas de um indivíduo"<sup>20</sup>; e, no latim, tem sua origem no termo *ethicus*, "relativo à moral, ético".<sup>21</sup> A ética pode ser ainda o estudo das ações ou mesmo a realização de um tipo de comportamento. Na filosofia, ética é a parte responsável pela investigação dos princípios que motivam, disciplinam ou orientam o comportamento humano, refletindo a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social.<sup>22</sup> Se na antropologia *ethos* "é aquilo que é característico nas atitudes e sentimentos dos indivíduos de um povo, grupo ou comunidade, e que marca suas realizações ou manifestações culturais"<sup>23</sup>, cabe indagar se as dificuldades recentes para abordar a questão têm origem na dinâmica da própria sociedade capitalista, na qual predominam valores e interesses individuais.

Os conflitos diários são, na verdade, conflitos de valores que seriam igualmente válidos. Mas como definir qual deverá ser a conduta ética do profissional de imprensa, se o próprio código de ética do jornalista não foi capaz de apresentar de maneira objetiva o que seria o certo e o errado?

Como definir entre o valor do fato e a responsabilidade sobre as consequências do que será publicado? Como saber o limite entre a liberdade de imprensa e a violação à privacidade de alguém?

O jornalista Eugenio Bucci em seu livro *Sobre ética e imprensa*<sup>24</sup> analisa o conflito do jornalista que, em geral, opõe dois valores. Ambos, em princípio, seriam bons e

---

<sup>20</sup> HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 1271.

<sup>21</sup> Ibidem.

<sup>22</sup> Ibidem.

<sup>23</sup> DICIONÁRIO Aurélio Eletrônico Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira /Lexikon Informática, 1999.

<sup>24</sup> Ver: BUCCI, op. cit.

justos, motivo pelo qual o tema merece ser discutido e examinado. Para o autor, há duas correntes básicas para o estudo da imprensa, quais sejam a teleológica e a deontológica.

A corrente teleológica leva em conta as conseqüências do ato e, deste modo, o jornalista deve agir pensando no que traria benefícios para mais pessoas, o que tivesse melhores conseqüências como um todo, isto é, agiria conforme a utilidade da notícia relacionando *a priori* um ato com sua causa final.<sup>25</sup> No entanto, este princípio levaria ao constante conflito entre a verdade e o princípio da responsabilidade. Ademais, por ser principista, não é suficiente quando o conflito gira sobre dois valores inicialmente equivalentes.

E como o profissional poderá prever com segurança a conseqüência de seus atos a ponto de poder decidir qual terá mais efeitos positivos?

A fraqueza desta filosofia aplicada ao jornalismo é grave: como pode um mero profissional de imprensa prever com tamanha eficácia as conseqüências de seus atos? Jornalistas não são profetas. Uma ética que depende, então de cálculos que levem em sua receita uma boa dose de futurologia tem seus limites.<sup>26</sup>

Paralelamente, pela corrente deontológica inspirada no imperativo categórico de Kant<sup>27</sup>, a regra de conduta só poderá ser eticamente aceita se for universal. A ética de validade universal de Kant apóia-se na igualdade fundamental entre os homens. Partindo desta idéia, Kant tenta chegar a uma moral racional igual para todos. Esta moral, por ser fundada numa ética universal, não se interessaria por aspectos exteriores, costumes ou tradições. O dever obriga moralmente a consciência moral livre e a vontade verdadeiramente boa deve agir sempre conforme o dever. A idéia central de Kant afirma que o homem deve proceder sempre de maneira que possa querer que a sua máxima se torne uma lei universal, apoiada na igualdade fundamental entre os homens.<sup>28</sup> No centro das questões éticas aparece o dever, ou a obrigação moral.

---

<sup>25</sup> LAMBETH, E. B. *Committed Journalism. An ethic for the profession*. Indiana University Press, 1992. apud BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 21.

<sup>26</sup> BUCCI, op. cit., p. 22.

<sup>27</sup> Ibidem.

<sup>28</sup> VALLS, Álvaro L. M. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 18

Dizer a verdade é um autêntico imperativo categórico kantiano, pois corresponde a um princípio passível de universalização. Se ninguém mentir, tanto melhor. Pois bem: para o jornalista, dizer a verdade é um imperativo categórico fundador. Azar das conseqüências.<sup>29</sup>

Na prática, qual das éticas garantiria a liberdade de imprensa e permitiria ao jornalista atuar sem medo das conseqüências?

Se os jornalistas atuassem com base na teoria teleológica, pensando nas conseqüências, poderiam, por exemplo, optar por não revelar determinada informação ao público, que poderia gerar insegurança e medo na sociedade. Se analisassem segundo a ética deontológica, agiriam de forma oposta e noticiariam os fatos independentemente de seus resultados, apenas por ser a verdade e entender que esta máxima deve prevalecer. A todo o momento os jornalistas teriam que escolher entre o princípio da verdade e o da responsabilidade.

## **2.1. O código de ética do jornalista e a legitimidade dos direitos da imprensa**

Ainda que se entenda que a imprensa possui o direito constitucionalmente garantido de divulgar informações de relevante interesse público, seja ela sigilosa ou não, existem condutas que são inadmissíveis, não por vedação legal, mas por serem antiéticas. E isso não está disposto em Lei, como bem ressaltou Eugênio Bucci:

---

<sup>29</sup> BUCCI, op. cit., p.22.

É unanimidade nos estudos contemporâneos sobre ética na imprensa que a lei não garante qualidade. Ela apenas estabelece o território comum, as regras de base para que a liberdade de expressão seja exercida por todos. Acima dessa base, a ética lida com as escolhas individuais que são feitas para atender o direito à informação.<sup>30</sup>

A imprensa pode investir-se do direito de tudo publicar, com base no princípio da liberdade de expressão? Quais são os limites que a lei, o costume e a própria imprensa devem traçar a fim de que sejam preservadas a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas? A imprensa deve ser mesmo uma espécie de Quarto Poder?

O jornalista, como a maioria dos profissionais organizados em classe, possui um código de ética que deve ser observado, para que não se cometam abusos. Essa seleção de princípios foi estabelecida para ajudar o jornalista a desempenhar bem as suas funções, provendo o público de informação com credibilidade, como determina o artigo 3º do Código de Ética do Jornalista: "Artigo 3º - A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo."

Cabe ao profissional de imprensa não apenas divulgar uma informação, mas também fazê-lo com precisão, honestidade, enfim, responsabilidade.

O jornalismo já é em si mesmo a realização de uma ética: ele consiste em publicar o que outros querem esconder mas que o cidadão tem o direito de saber. Isto é notícia: a informação que, uma vez revelada, afeta as expectativas do cidadão, do consumidor, do homem e da mulher comuns quanto ao mundo que os cerca, quanto ao futuro ou quanto ao passado. Notícia não é apenas uma 'novidade'. É uma novidade que altera o arranjo dos fatos, dos poderes, ou das idéias em algum nível. A notícia incide, portanto, sobre as relações humanas: ela é socialmente notícia. Ou não é. O jornalismo não lida prioritariamente, portanto, com a 'divulgação' de relatos. Ao contrário, sua justificativa é descobrir segredos que não se quer divulgar. Seu objeto primordial não é difundir aquilo que governos, igrejas, grupos econômicos ou políticos desejam contar ao público, embora também se sirva disso, mas aquilo que o cidadão quer, precisa e tem o direito de saber, o que não necessariamente coincide com o que os outros querem contar.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> BUCCI, op. cit., p. 210.

<sup>31</sup> BUCCI, op. cit., p. 42.

Deve ser noticiado apenas “o que é de interesse do público” e não o que “interessa ao público”.

A ética da imprensa é específica e assim deve ser, para benefício do público. Ela traduz um pacto, também específico, entre o leitor (ou o telespectador, ou o ouvinte, ou o internauta) e o jornalista, um pacto baseado na credibilidade – e não na diversão ou no entretenimento. É graças a esse pacto específico e à ética que ele encerra que a função social de informar pode se proteger como uma espécie digna de confiança pública”.<sup>32</sup>

## 2.2. Dever de sigilo *versus* dever de informar

É aceitável que o jornalista publique informação sigilosa por entender que é de interesse coletivo?

A controvérsia esteve presente nas primeiras páginas do jornal com o episódio envolvendo o caseiro Francenildo e o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci. A revista *Época*, publicação da Editora Globo, fez reportagens revelando a quebra do sigilo do caseiro, feita ilegalmente pela Caixa Econômica Federal.

Tomando este exemplo, teriam os jornais e revistas o direito de divulgar informação sabidamente sigilosa, mas que teve acesso por meio de fontes?

A informação sigilosa é aquela que não é de conhecimento público, sendo apenas de conhecimento daqueles que possuem o segredo, com vistas a resguardar a intimidade privada. A informação sigilosa permanece em segredo enquanto perdurar o desejo em mantê-la, havendo a quebra do sigilo quando a informação adentrar no domínio público à revelia da vontade de seu titular.

Ocorre que o dever de sigilo é relativo, tendo em vista o interesse público que prevalece em certos casos, como, por exemplo, quando o acusado representa um perigo para a sociedade e seu retrato falado é divulgado pela imprensa. Mas essa deve ser uma exceção à regra que garante a intimidade das pessoas envolvidas em processo judicial. Nesse sentido, a publicação da declaração de renda de um suspeito, em regra, não pode

---

<sup>32</sup> BUCCI, op. cit., p. 187.

ocorrer, bem como o acompanhamento televisivo de diligências policiais para cumprimento de mandado de busca domiciliar.

A proibição de revelação de um segredo é encontrada nos mais diferentes ramos do Direito. O Direito Civil protege o titular de segredo profissional ou por estado, outorgando-lhe a faculdade de não depor sobre fatos que tomou conhecimento em virtude de seu estado ou profissão (artigo 229, inciso I do Novo Código Civil). No Direito Comercial, observa-se o dever de sigilo no dever imposto aos corretores de guardar inteiro segredo nas negociações de que se encarregarem (art. 56 do Código Comercial), ou ainda no sigilo que envolve as operações financeiras, notadamente o sigilo bancário (artigo 38 da Lei nº 4595/64). Já no Direito Trabalhista é considerado falta grave e passível de demissão, por justa causa, a violação de segredo da empresa (artigo 482 da CLT). No Direito Público, considera-se crime devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório (artigo 94 da Lei nº 8666/93), assim como há contemplação de sigilo na esfera tributária (artigos 197 e 198 do CTN). A lei dita, ainda regras de manutenção de sigilo do Estado, como a proibição de revelar negócios políticos ou militares, que devam ser mantidos secretos a bem da defesa da segurança externa ou dos interesses da Nação (artigo 5º da Lei 1079/50).<sup>33</sup>

Como visto, o ordenamento jurídico brasileiro, de uma forma geral, protege a informação sigilosa mas, na definição das penalidades, qualifica como infrator apenas aquele que tem o dever de guardar o sigilo. Ocorre que dentre as pessoas que possuem o dever de sigilo profissional não se encaixa o jornalista. Isso porque o dever do jornalista é o de divulgar toda e qualquer informação que seja de interesse público, e não guardar sigilo da mesma. Tal espírito se observa claramente na definição de informação sigilosa encontrada no *Manual da Redação da Folha de São Paulo*: “O dever de manter sigilo sobre informação é do responsável por ela. O dever do jornalista é apurar e divulgar qualquer informação que seja do interesse do leitor, sigilosa ou não”.<sup>34</sup>

É função dos órgãos de imprensa divulgar fatos notórios e de amplo interesse social, sendo inquestionável que a imprensa possui a obrigação de divulgar qualquer

---

<sup>33</sup> BARROS, Marco Antônio de. Sigilo profissional. Reflexos da violação no âmbito das provas ilícitas. *Revista dos Tribunais*, n. 733, p. 424-427, nov. 1996.

<sup>34</sup> *Manual da Folha de São Paulo*. Disponível em: [http://www.1folhaol.com.br/folha/circulo/manual\\_projeto\\_i.html](http://www.1folhaol.com.br/folha/circulo/manual_projeto_i.html). Acesso em 09 de fevereiro de 2006.

informação relacionada à questão da segurança pública. Ocorre, muitas vezes, do jornalista publicar acontecimentos que ainda estão sendo analisados em inquéritos, que além de sigilosos, não são suficientes para comprovar o envolvimento do investigado em prática ilícita. O ideal para alguns, para evitar a divulgação de informações ainda em fase investigativa, seria esperar o fim não apenas do inquérito mas do processo judicial ou administrativo, para só então publicar os fatos.

No entanto, seguindo esta sugestão, geralmente defendida por juízes e promotores, a imprensa noticiaria fatos com, pelo menos, dois anos de atraso, prejudicando o interesse coletivo e a importância dos fatos. Aguardar que uma decisão condenatória transite em julgado significaria engessar o veículo de imprensa, cometer censura prévia, o que não se admite em um Estado democrático de direito.

O que se espera do jornalista é que o mesmo divulgue a informação que entenda relevante, seja ela sigilosa ou não, de forma imparcial e estritamente fiel à veracidade dos fatos. Assim, quando se trata de divulgar uma informação sigilosa, o jornalista deve ter cuidado redobrado, um senso de justiça ainda mais apurado. No caso da informação divulgada advir de um segredo é porque, por algum motivo, ela não era pública, na maioria das vezes, por ser ainda objeto de investigação. Nesse caso, deve o veículo de imprensa proceder com cuidado, sem considerar como certo o que é apenas uma possibilidade. A retificação não consegue apagar o mal produzido. O jornalista deve investigar a informação, ouvir ambas as partes envolvidas, colher todos os elementos existentes, a fim de não cometer injustiças. Além disso, não basta a informação ser verdadeira para legitimar sua publicação; ela tem que ser, acima de tudo, de interesse público relevante. Um segredo particular, que não possui qualquer influência na vida da coletividade, não pode e nem deve ser divulgado, pois extrapola a liberdade de expressão.

Ao contrário, se o jornalista entende que o material que chegou até ele é de interesse público, ele tem o dever de publicar. O que não pode haver é a transmissão jornalística com erros, como publicar informação que não seja estritamente verdadeira, ou emitir juízo de valor sobre o agente. Não pode a imprensa “condenar previamente” um acusado na fase de inquérito policial, ou mesmo de processo judicial sem decisão condenatória transitada em julgado. Não pode, igualmente, a imprensa divulgar informação da vida íntima do agente, que não possua qualquer interesse público, pois nesses casos o



direito individual de preservação do segredo se sobrepõe sobre o coletivo. Ao cometer esses abusos, o veículo de comunicação extrapola o seu caráter jornalístico, podendo o particular que se sentir lesado pleitear indenização pelos danos que lhe foram causados.

### **2.3. O direito ao sigilo da fonte**

Uma vez que o órgão de imprensa possui o dever de divulgar uma informação, seja ela pública ou não, cumpre analisar quem responderá pela divulgação de informação sigilosa. Se o jornalista não está subordinado ao dever de sigilo, e sendo a informação divulgada verdadeira, contra quem o titular do segredo possui o direito de ação?

Antes de tudo, deve-se fazer a distinção dos meios que o jornalista possui para obter uma informação sigilosa. Caso tal informação tenha sido obtida por meio de ato ilícito praticado pelo próprio jornalista, o mesmo responde criminalmente pela aquisição ilícita da informação. É o caso, por exemplo, de furto de documentos sigilosos, ou invasão de sistema de informação para obter informação sigilosa. No entanto, quando o jornalista obtém a informação através de uma fonte, sem a prática de qualquer ilícito, quem teria o dever de sigilo seria a fonte. Mas como esta será responsabilizada uma vez que o jornalista possui o direito de não revelar sua identidade?

A garantia do sigilo da fonte tem como objetivo assegurar o acesso à informação que, sem esta garantia, estaria comprometida e fatos de grande relevância não seriam dados ao conhecimento do público. Dispõe o artigo 5º, inciso XIV, da CF que “é assegurado a todos o acesso a informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.”

Uma vez assegurado constitucionalmente, o direito do sigilo da fonte é garantido em decisão do Supremo Tribunal Federal:

Imprensa e sigilo de fonte: STF - a proteção constitucional que confere ao jornalista o direito de não proceder à *disclosure* da fonte de informação ou de não revelar a pessoa de seu informante desautoriza qualquer medida tendente a pressionar ou a constranger o profissional da Imprensa a indicar a origem das informações a que teve acesso, eis que – não custa insistir – os jornalistas, em

tema de sigilo da fonte, não se expõem ao poder de indagação do Estado ou de seus agentes e não podem sofrer, por isso mesmo, em função do exercício dessa legítima prerrogativa constitucional, a imposição de qualquer sanção penal, civil ou administrativa. (Inquérito nº 870-02/RJ, rel. ministro Celso de Mello, *Diário da Justiça*, Seção I, 15 abr. 1996, p. 11.462)

É pacífico na doutrina e na jurisprudência que o jornalista possui o direito de sigilo de fonte. Entretanto, divergem os doutrinadores quanto ao sigilo de fonte ser apenas um direito ou um dever do profissional de imprensa.

Por um lado, pode-se entender que o sigilo de fonte é um dever do jornalista, equiparando-se ao segredo profissional, pois o jornalista goza da confiança do informante, assumindo o dever profissional de não identificá-lo para quem quer que seja. Violando o sigilo de fonte, cometeria o crime de violação de sigilo profissional. Por outro entendimento, pode-se entender que o sigilo de fonte é um dever apenas de caráter ético e não uma obrigação. Este entendimento está de acordo com o Código de Ética dos Jornalistas, que em seu artigo 8º dispõe que “sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e identidade das suas fontes de informação.” Assim, o jornalista teria o direito de não revelar a fonte se achar necessário, mas não teria a obrigação jurídica de preservar a identidade.

Porém, é claro que ao informar sua fonte age o jornalista de forma antiética, pois a pessoa que lhe confiou a informação o fez com respaldo em seu anonimato. Se soubesse a fonte que teria sua identidade revelada, não teria comunicado ao jornalista a informação de relevante interesse público e a imprensa perderia muito do seu caráter investigativo.

Independente de ser um direito ou um dever do comunicador o sigilo de fonte, o fato é que sendo resguardada a fonte, responsabiliza-se o jornalista pela veracidade da informação. Sendo a informação falsa ou infundada, pode o jornalista optar por divulgar sua fonte e, deste modo, transferir a ela a responsabilidade civil pelos danos materiais e morais causados ao particular atingido pela informação, ou manter sua fonte em sigilo, respondendo perante o particular lesado pela veiculação de informação falsa.

De um lado, é unânime de que o uso de fonte secreta é válido e necessário em certos casos; por outro, é também unânime que deve ser usado com parcimônia. O

jornalista deve, primeiramente, checar a informação através de fontes que possa divulgar. Se isso não for possível, o jornalista deve, antes de usar do sigilo de fonte, perquirir as razões que tem o seu informante de querer ser mantido em anonimato. Se nada disso for possível e a notícia for relevante e de interesse social, o jornalista tem o dever de publicá-la. Para tanto, o jornalista deve, sem revelar a identidade de sua fonte, explicitar as razões do anonimato de maneira mais completa possível e, por fim, estar absolutamente convencido que, ao divulgar uma notícia com a proteção da fonte, assumirá integralmente a responsabilidade pela veracidade dos fatos se esses forem questionados.

Admitindo-se que a informação publicada seja verdadeira – uma vez que já restou demonstrado que a divulgação de informação falsa sempre gera o dever de indenizar –, cabe aqui a pergunta, de quem será a responsabilidade civil pela divulgação da informação sigilosa? Chega-se aqui a um círculo vicioso, pois, se por um lado o jornalista não possui o dever de sigilo, ele tem a prerrogativa de resguardar sua fonte e com isso impedir que se verifique quem foi o responsável pela quebra do segredo. Não existe resposta no ordenamento jurídico brasileiro para essa pergunta.

### **3. CONFLITO ENTRE OS PRINCÍPIOS DA LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E DA TUTELA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE**

O conflito entre os direitos fundamentais é evidenciado no Artigo 5º da Constituição Federal, no qual está expresso tanto a liberdade de expressão, independente de censura ou licença, como a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Ambos os direitos do cidadão têm suas garantias expressas nos incisos IX e X do Artigo 5º, Capítulo I do Título II, capitulado pelos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal de 1988, do qual transcreve-se sucessivamente:

IX- é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X- são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação

Enquanto o inciso IX garante a liberdade da informação, legitimando a importância da comunicação na sociedade brasileira, o inciso X do Artigo 5º da Constituição Federal trata dos direitos da personalidade, tidos como invioláveis, e cuja afronta assegura o direito à indenização por parte do indivíduo lesado, compreendendo os danos materiais e morais. Esta última norma constitui o verdadeiro princípio individual, e encontra-se compatibilizado com o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, previsto no Artigo 1º, inciso III, da Carta Magna. Logo, a Constituição não possuiu cláusula geral que possibilite a restrição ao exercício de direitos fundamentais. Toda e qualquer restrição, portanto, deverá ser prevista de forma expressa ou decorrer diretamente dos princípios e regras adotados pela Constituição. Deste modo, ocorrendo um conflito de regras, uma regra é aplicada em detrimento da outra, utilizando-se a exclusão e não a compatibilização entre as mesmas. Não se pode aceitar como válidas, sobre uma mesma situação de fato, duas normas que possuam efeitos diversos. A decisão relativa a um conflito de regras diz respeito à sua validade, sendo necessária a determinação de qual das

regras será aplicada, com a conseqüente exclusão da outra. Sendo assim, buscando solucionar um conflito entre princípios, deve-se considerar sua importância e peso no ordenamento jurídico em que estão inseridos. Procede-se à ponderação destes princípios e não à exclusão de um deles, até porque o princípio preterido não perderá sua validade, mas apenas não será aplicado à determinada situação.

A idéia da relativização dos direitos não é recente. Deve ser lembrado que o direito do indivíduo não pode ser absoluto, visto que o absolutismo é sinônimo de soberania. Não sendo o homem soberano na sociedade, o seu direito é, por conseqüência, simplesmente relativo. Deve-se ressaltar, contudo, que nem sempre as construções doutrinárias e jurisprudenciais são capazes de fornecer critérios e elementos precisos para a solução do conflito entre a liberdade de informação e a tutela dos direitos da personalidade. Decerto os direitos fundamentais devem ser garantidos; porém, em casos de conflito, deve-se admitir que existem limitações para sua interpretação.

Esta tênue linha que decide pela harmonização entre os direitos, ou que decide qual direito é o mais importante – no caso de ser necessária a prevalência de um deles –, só pode ser analisada mediante o exame de um caso concreto. Se a colisão entre esses direitos tem origem nos fatos, somente pela análise dos mesmos é que se pode observar os interesses em questão.

Não há consenso sobre a questão. Na literatura disponível sobre o tema, há divergências de opinião. Ou seja, a solução mais acertada para por fim a este conflito é a busca do equilíbrio dos interesses em questão. Em alguns casos, defende-se o privilégio do direito à imagem; em outros, prevalece a importância de se defender um bem público, a liberdade de imprensa, em detrimento do individual.

Há alguns autores que defendem a necessidade da análise do caso concreto, mas apontam qual seria a tendência a ser seguida. Rodrigo Guimarães Pinto Nogueira, no trabalho intitulado “A tutela estatal preventiva sobre a vida privada”, defende a ponderação dos direitos em jogo, de modo a ser privilegiado o mais importante para a ordem jurídica em caso específico. No final do artigo, porém, ele explica:

Quando se estiver em dúvida em se tutelar a vida privada ou a liberdade de informação, a tendência é a proteção da primeira, pois que esse direito se for lesado muito difícil poderá ser recomposto em sua forma específica; ao contrário do exercício da liberdade de informação, onde a notícia poderá ser veiculada a qualquer momento mesmo que não tenha mais o mesmo impacto, mas, com certeza, a lesão não será tão grande quanto no primeiro caso.<sup>35</sup>

Por sua vez, Maria Fátima Vaquero Leysler, no trabalho "Direito à Liberdade de Imprensa", também ressalta que a colisão deve ser resolvida mediante a análise de um caso concreto, utilizando-se o princípio da proporcionalidade, mas conclui afirmando:

“(...) se a liberdade à informação for de relevante interesse social, o direito à vida privada deve ser afastado em detrimento do interesse público-social dessa liberdade de informação plenamente definida e delimitada.”<sup>36</sup>

É importante salientar que determinadas pessoas, cuja profissão favorece uma posição de destaque ou a exposição na mídia – artistas, políticos e outras pessoas públicas –, não podem exigir a mesma proteção da intimidade e da imagem garantida para os demais cidadãos, ou seja resguardadas para aqueles que não se expõe na mídia. Isto porque a atividade profissional dos primeiros pressupõe um lugar de destaque nos meios de comunicação, ou o caráter de publicidade, no qual as próprias pessoas valorizam a sua imagem. É importante analisar de que forma a atividade dos profissionais de comunicação tem sido cerceada pelo risco de prejuízos financeiros por decisões judiciais. Em outras palavras, como a indústria do dano moral tem atuado como arma de censura à atividade principalmente dos fotojornalistas, que trabalham com a imagem de pessoas públicas e anônimas.

---

<sup>35</sup> NOGUEIRA, Rodrigo Guimarães Pinto. *A tutela estatal preventiva sobre a vida privada*. Disponível em: [http://www.cleto.com.br/novosite/arquivos/artigo\\_rodrigonogueira\\_jun2003.doc](http://www.cleto.com.br/novosite/arquivos/artigo_rodrigonogueira_jun2003.doc). Acesso em 06 de maio de 2006.

<sup>36</sup> LEYSLER, Maria Fátima Vaquero Ramalho. *Direito à liberdade de imprensa*. Disponível em: [http://www.apmp.com.br/deptos/estudos/temas/tm\\_vaquero1.htm](http://www.apmp.com.br/deptos/estudos/temas/tm_vaquero1.htm). Acesso em 20 de janeiro de 2006.

### 3.1. A importância da liberdade de informação

Para o estudo do conflito é preciso recorrer a alguns conceitos, como a própria liberdade de comunicação. Com base no conceito do jurista José Afonso da Silva, “esta liberdade consiste num conjunto de direitos, formas, processos e veículos, que possibilitam a coordenação desembaraçada da criação, expressão e difusão do pensamento e da informação”.<sup>37</sup> Porém, há divergência doutrinária quanto à melhor maneira de agrupar as liberdades de comunicação social, tais como: se seria a liberdade de expressão uma categoria que engloba direito à manifestação e à informação, ou se seria a liberdade de expressão uma categoria distinta das demais.

Neste trabalho será privilegiada a corrente que defende que a liberdade de comunicação engloba as formas de criação, expressão e manifestação do pensamento, e de informação. A liberdade de comunicação social, segundo esta vertente, divide-se em duas categorias: manifestação, expressão e criação do pensamento; e a liberdade de informação. A distinção é importante para a defesa da liberdade de imprensa diante da liberdade individual, por ser usada como objeto apenas a comunicação com fim informativo. Desta forma, o foco será no direito dos jornais e outros veículos de transmissão de informação.

Inicialmente, é necessário delimitar o conceito de interesse público, que representa o interesse de toda a comunidade, em contraposição aos interesses dos particulares. O conjunto de valores abrangido pelo interesse público é parte essencial da estrutura da sociedade, sendo certo que a sua existência e o funcionamento de suas instituições fundamentais dependem da conservação e respeito a estes valores. Neste sentido, José Afonso da Silva, defensor do dever da imprensa de oferecer as informações pertinentes a povo, observa:

---

<sup>37</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p 246.

A liberdade de informação não é simplesmente a liberdade do dono da empresa jornalística ou do jornalista. A liberdade destes é reflexa no sentido de que ela só existe e se justifica na medida do direito dos indivíduos a uma informação correta e imparcial. A liberdade dominante é a de ser informado, a de ter acesso às fontes de informação, a de obtê-la. O dono da empresa e o jornalista têm um direito fundamental de exercer a sua atividade, sua missão, mas especialmente têm um dever. Reconhece-se-lhes o direito de informar ao público os acontecimentos e idéias, mas sobre ele incide o dever de informar à coletividade tais acontecimentos e idéias, objetivamente, sem alterar-lhes a verdade ou esvaziar-lhes o sentido original, do contrário, se terá não informação, mas deformação. (...)

Exatamente porque a imprensa escrita, falada e televisada (como impropriamente se diz) constitui poderoso instrumento de formação da opinião pública (mormente com o desenvolvimento das máquinas interplanetárias destinadas a propiciar a ampla transmissão de informações, notícias, idéias, doutrinas e até sensacionalismos) é que se adota hoje a idéia de que ela desempenha uma função social consistente, em primeiro lugar, em “expressar às autoridades constituídas o pensamento e a vontade popular, colocando-se quase como um quarto poder, ao lado do Legislativo, do Executivo e do Jurisdicional”. (...) É que ela “constitui uma defesa contra todo excesso de poder e um forte controle sobre a atividade político administrativa e sobre não poucas manifestações ou abusos de relevante importância para a coletividade”. Em segundo lugar, aquela função consiste em “assegurar a expansão da liberdade humana”.<sup>38</sup>

O dever da verdade incidente sobre a liberdade de informação não é, nesta acepção, um dever meramente moral mas, sim, um dever revestido de todas as características do dever jurídico. Os direitos da personalidade, quando conflitantes com a liberdade de informação, devem ceder frente ao interesse público. Entretanto, nem sempre são reconhecidos na sociedade brasileira a função social da imprensa e seu dever de informar. Como muitos juristas ainda defendem que o direito individual deve prevalecer sobre o coletivo, representando, assim, um grave limite à liberdade da imprensa.

O ministro Nilson Naves é um dos defensores do direito individual. No artigo divulgado no *site* do Supremo Tribunal de Justiça, o ministro defende a prevalência do direito contido no inciso X do artigo 5º da Constituição Federal frente ao do inciso IX:

---

<sup>38</sup> SILVA, op. cit., p. 249 e 250.



Por assim dizer, não há contradição entre o princípio que proíbe qualquer restrição à liberdade de imprensa e o que protege a privacidade, a intimidade, a honra e a imagem das pessoas; porém, se entrarem em choque, deverá sempre prevalecer o direito do indivíduo à preservação da sua imagem.<sup>39</sup>

Com base na opinião do ministro, um direito deverá sempre prevalecer sobre outro hierarquicamente igual e que, diante da fragilidade da imprensa, esta precisa de prévia autorização para utilizar a imagem e informações de pessoas.

Outras opiniões em defesa do direito individual não têm como objeto apenas o texto legal, mas os critérios de imprensa. Segundo Fabio Comparato<sup>40</sup>, as funções que deveriam ser implementadas, em decorrência do *status* que possui o direito à liberdade de expressão e que estão refletidas no respeito à liberdade de imprensa, não saem do campo doutrinário para se tornarem efetivas. A comunicação social – entendida como aquela que se desenvolve pelos modernos meios de veiculação da notícia (jornais, televisão, rádio, Internet) –, deixa de desempenhar seu papel de agente de informação e transformação social, para atuar no interesse das grandes empresas. De forma concreta, este interesse molda a opinião pública em todo o mundo e está mais atenta ao capital do que ao debate autêntico, à dialética, enquanto processo de obtenção da verdade. Nesta linha, defender que as informações veiculadas nestas mídias estão mais atentas ao capital do que a sua função primordial de agente de informação, significa acusar não apenas estes veículos como questionar a própria democracia. Aceitar o argumento que retira a credibilidade da imprensa em detrimento da liberdade da própria imprensa diante de outros direitos, portanto, é um grande risco para a sociedade. Felizmente e ainda que este não seja o entendimento majoritário, é importante destacá-lo para que fique clara a imagem atual dos veículos de comunicação e que contribui para a redução das garantias e direitos dos jornais e revistas.

---

<sup>39</sup> NAVES, Nilson. Relações entre a imprensa e a justiça no Brasil. In: <http://www.stj.gov.br/discursos/0000361>. Acesso em 08 de dezembro de 2005.

<sup>40</sup> COMPARATO, Fabio Konder. A democratização dos meios de comunicação de massas. In: GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Direito Constitucional*. Estudos em homenagem a Paulo Bonavides. São Paulo: Editora Malheiros, 2001.

A juíza Flavia de Almeida Viveiros de Castro<sup>41</sup> defendeu a liberdade individual com base no conceito de Celso Bastos de que "Podemos dizer que o direito à imagem consiste no direito de ninguém ver o seu retrato exposto em público sem o seu consentimento".<sup>42</sup> Por este entendimento, a liberdade individual teria ampla aplicação superando, inclusive, as decisões judiciais que tem adotado a postura de dispensar o consentimento da pessoa sobre o uso de sua imagem em casos de a imagem ser usada para fins exclusivamente informativos.

O questionamento do direito exclusivo sobre a própria imagem não releva, muitas vezes, o seu uso pela imprensa em caráter informativo. Por este motivo, deve-se lembrar que a liberdade de imprensa é um bem da sociedade, antes mesmo de ser um direito de profissionais e de empresas ligadas à atividade.

### **3.2. Abuso de direito na atividade da imprensa**

A liberdade de expressão se exercida de forma anormal pode configurar o que se denomina abuso de direito. Tendo em vista que o elemento subjetivo do abuso de direito corresponde à intenção de prejudicar, a boa-fé passa a ser o critério utilizado para aferição do exercício regular do direito. O exercício da liberdade de informação tem como finalidade possibilitar a formação da opinião pública, sendo possível o reconhecimento do abuso de direito sempre que a publicação estiver destituída deste propósito, ou que tenha sido motivada por outros interesses, tais como difamação e obtenção de lucro. Logo, existindo elementos suficientes que demonstrem a intenção de lesar o direito alheio, mesmo sob a aparência formal de observância ao ordenamento jurídico, configura-se o abuso de direito.

Há, por exemplo, casos em que prevaleceu o direito à imagem contida no inciso X do artigo 5º da Constituição Federal:

---

<sup>41</sup> CASTRO, Flávia de Almeida Viveiros de. *A liberdade de expressão no contexto dos direitos fundamentais, a responsabilidade da imprensa e os tribunais*. Disponível em: <http://www.mundojuridico.adv.br>. Acesso em 06 de dezembro de 2005.

<sup>42</sup> BASTOS, Celso. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1989. v. 2, p. 62.

O jornal O Globo publicou foto do jogador de futebol Fábio Arantes Salgado andando no campo de mãos dadas com o jogador Leandro, ex-seleção brasileira, ambos jogadores do Flamengo à época da reportagem, sob título “Coisa de macho?”, insinuando homossexualismo do jogador. O jornal foi condenado ao pagamento de 100 salários mínimos. (Apelação Cível nº 1996.001.07139. Oitava Câmara Cível. Relator Desembargador Amorim da Cruz. Data do julgamento 06/02/1996).<sup>43</sup>

A atriz Malu Mader venceu em segunda instância a ação por danos morais e materiais contra o jornal Extra, do Rio de Janeiro. A decisão judicial prevê indenização de R\$ 2 milhões. A atriz moveu a ação por causa da publicação, na primeira página do jornal, de foto em que aparece nua, na época em que a Rede Globo exibia a minissérie Labirinto, protagonizada por ela. A sentença de primeira instância foi promulgada em 29 de setembro do ano passado, pelo juiz Antonio Carlos Esteves Torres, da 39ª Vara Cível, que deu ganho de causa à atriz, condenando a empresa a pagar R\$ 1 milhão a título de indenização por danos morais e mais R\$ 1 milhão por danos materiais. Em março último, a sentença foi confirmada em segunda instância pela 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.<sup>44</sup>

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) garantiu à atriz Maitê Proença o direito de receber R\$ 50 mil de indenização por dano moral do jornal Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, devido à publicação não autorizada de uma foto extraída de ensaio fotográfico feito para a revista Playboy, em julho de 1996. Antes, ela ganhou a ação por danos materiais, mas o julgamento de seu recurso estava empatado na 3ª Turma do STJ com relação aos danos morais, decidido no final de dezembro de 2000. O valor da reparação por danos morais foi igual ao que havia sido definido para danos materiais. Para fazer o ensaio fotográfico, a atriz estipulou em contrato escrito as condições para a cessão de sua imagem, fixando a remuneração e o tipo de fotos que seriam produzidas, de modo a restringir e controlar a forma de divulgação de sua imagem despida nas páginas da revista. No entanto, o jornal publicou uma das fotos em página inteira sem qualquer autorização.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> Apelação Cível nº 1996.001.07139. In: <http://www.tj.rj.gov.br>. Acesso em 25 de março de 2006.

<sup>44</sup> VER: <http://www.liberdadedeimprensa.org.br/?q=node/434>. Acesso em 10 de maio de 2006.

<sup>45</sup> VER: <http://www.liberdadedeimprensa.org.br/?q=node/434>. Acesso em 10 de maio de 2006.

Não parece haver dúvidas que nesses casos é fácil ser observado que deve prevalecer o direito sobre a imagem, explorada de forma indevida pelos meios de comunicação. O uso da imagem, as referências à intimidade devem ser primordialmente informativas. O valor que se pretende privilegiar é o da sociedade ser informada dos acontecimentos que tenham interesse público e pertinência. Dentre as práticas dos jornalistas que dão margem às ações de indenização por dano moral, destacam-se: o uso de títulos sensacionalistas, que podem dar margem à dúvida e interpretação equivocada que resulte em ofensa à honra; o uso de imagens não autorizadas; as denúncias de fatos ainda sob investigação e falta de comprovação de denúncias. No estudo do conflito que envolve ações por dano moral, deve-se também examinar a tendência à banalização do direito à imagem, conforme se consta pelo grande número de processos contra os veículos de comunicação.

A Ordem dos Advogados do Brasil – OAB da Paraíba denunciou a existência de indústria de indenizações no Estado. Segundo o advogado Têlio Farias, que estuda casos de processos contra a imprensa, escritórios de advocacia “caçam” supostas vítimas prejudicadas por matérias, abrindo processos indenizatórios de até R\$ 800 mil. Farias explicou ao Jornal da Paraíba que, atualmente, 80 por cento das ações contra empresas de comunicação são motivadas por advogados. Eles tentam beneficiar-se por meio de supostas irregularidades cometidas pelos veículos. O advogado chegou a mencionar uma “maquiagem dos fatos”, apresentados como prejudiciais para o cliente. Segundo ele contou, os advogados lêem as matérias procurando possibilidades de indenizações, depois conseguem os contatos dos envolvidos, convencem as “vítimas” a entrarem com ações de danos morais com valores altíssimos, dizendo que o lucro é certo. Rômulo Palito, integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, disse que a instauração de uma leva cada vez maior de ações, baseadas em danos morais, prejudica o trabalho de informação e conscientização da sociedade. Para que se configure a responsabilidade civil nos termos da Lei de Imprensa, no entanto, é essencial que tenha havido abuso no exercício do direito de informar, que se tenha agido com culpa ou dolo, ou que se tenha praticado os delitos de calúnia, injúria ou difamação.<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> VER: [http://www.liberdadedeimprensa.org.br/webs/unesco\\_novo/main\\_lista\\_](http://www.liberdadedeimprensa.org.br/webs/unesco_novo/main_lista_). Acesso em 11 de dezembro de 2005.

Sem dúvida, o direito à imagem deverá sofrer, como os demais direitos privados, restrições em virtude do interesse coletivo. A liberdade de informação é um limite natural à liberdade individual, por ser aquela garantia de toda uma coletividade.<sup>47</sup> A Jurisprudência, como já mencionado, adota esta mesma linha de entendimento:

A publicação de fotografia de pessoa que se encontre em estabelecimento comercial, objeto de reportagem, sem qualquer referência pessoal, não enseja reparação por dano à imagem, uma vez ausente o intuito de denegri-la e não caracterizada sua exploração indevida, com fins lucrativos, sendo despicienda, em tal hipótese, prévia autorização daquela. (TA-MG – Decisão unânime. 4ª Câmara Cível. Acórdão publicado em 23 de novembro de 1994 – Apelação Cível número 166616-2).

Acrescenta-se a este entendimento, as seguintes decisões, todas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

Direito de imagem. Danos morais pelo uso indevido da imagem. Inexistência de ofensa à honra ou à dignidade com a simples divulgação de matéria redacional (reportagem) com entrevistas, declarações e imagem de diversas pessoas. O direito à própria imagem pressupõe a utilização econômica por outrem e o dano moral tem como pressuposto a ofensa à dignidade, honra ou qualquer prejuízo emocional. Moça de 15 anos entrevistada e fotografada por jornal juntamente com diversos jovens em “shopping centers”. Ação movida quatro anos depois quando a entrevistada com 20 anos se diz mãe solteira e quer indenização por violação de seu direito à própria imagem e ofensa à sua reputação com a afirmação de que “Mariana faz ponto no Rio Sul”. Sentença que desacolheu o pedido confirmado. (Apelação Cível, 232/1994, Rel. Des. Décio Xavier Gama, Julgamento em 03/04/1994, 2ª Câmara Cível TJRJ)<sup>48</sup>

Direito à imagem Art. 5, X, da C.F. foto publicada em reportagem. Títulos da reportagem que não ofendem a personalidade da retratada. Falta de causa para a indenização. 1. O direito à indenização, por ofensa à imagem, decorre do dano moral sofrido

---

<sup>47</sup> BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da Personalidade*. Forense Universitária Biblioteca Jurídica, 1989. p. 92 e 93.

<sup>48</sup>. VER: [www.tj.rj.gov.br](http://www.tj.rj.gov.br)

pela retratada, desde que tenha o ofensor agido com culpa, “*lato sensu*”, porque a simples publicação da imagem de alguém, só por si, não conduz a qualquer condenação, eis que, com efeito, não se trata de culpa objetiva porque o art. 5º, inciso X, da C.F. a exige. 2. Todavia, é possível a reprodução quando vinculada a fatos, acontecimentos ou cerimoniais de interesse público ou que se hajam desenvolvido em público e desde que não ofendam a honra, a reputação ou ainda o decoro da pessoa retratada. Neste sentido é que houve, por parte da reportagem, mera coleta de fatos não vinculados propriamente à autora, nem a ela atribuindo qualquer atitude indigna. Aliás, sequer o texto a ela se refere. As ilações que a autora tira da publicação de sua foto, encampadas pelo douto sentenciante, a meu sentir, são abstratas. Sentir-se ofendida quando o texto não contém nenhuma ofensa e, ao contrário, o que se destaca é o respeito e a admiração pelas tropas do Exército que policiava o local, é ir longe demais na interpretação dos fatos. Ademais, a autora não trouxe qualquer prova no sentido de que tenha havido efetivo dano à sua reputação, não bastando sua simples interpretação e a foto que a nada conduz. Portanto, só há indenização se houver ofensa à honra ou à moral. 3. Assim, dá-se provimento ao apelo para se julgar improcedente o pedido, com inversão dos ônus da sucumbência.” (Apelação Cível 5.911/95, Rel. Des. Gustavo Kuhl, Leite, Julgado em 10.10.95, 5ª Câmara Cível, TJRJ)<sup>49</sup>

Direito de imagem. Indenização por uso indevido. Pedido que encontra apoio no disposto no art. 5, X, da Constituição Federal. Dano moral. Não se concede quando dos autos resta evidenciado que as publicações não consentidas fazem referências à venda de refrigerante, sem denegrir a pessoa do ofendido.” (Apelação Cível, 75/95, Rel. Des. Humberto Perri, julgado em 22.08.1995, 3ª Câmara Cível, TJRJ)<sup>50</sup>

A divulgação idônea pelo órgão de imprensa de fatos verdadeiros, sem emissão de juízo de valor, não dá ensejo à indenização por danos morais, pelo menos é este o entendimento exposto no voto do desembargador Luiz Eduardo Rabello, proferido na Apelação Cível nº 4.828/97, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça deste Estado:

---

<sup>49</sup> VER: [www.tj.rj.gov.br](http://www.tj.rj.gov.br)

<sup>50</sup> Ibidem.

Resta enfatizar que a notícia publicada pelo jornal réu é rigorosamente verdadeira e portanto não pode ensejar qualquer indenização, até porque nenhum ilícito foi praticado. Admitir-se a pretendida indenização, além de restringir o direito da imprensa de publicar fatos rigorosamente verdadeiros, é com todas as vênias, incentivar a indústria das indenizações contra empresas jornalísticas. (Apelação Cível nº 4.828/97, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça deste Estado. Apelante: Jornal do Brasil S/A; Apda: Luciana de Oliveira e Silva)<sup>51</sup>

Todavia, nem sempre os juristas entendem o direito assegurado à imprensa pela Constituição. Entendimentos como os supramencionados ainda não são absolutos e são freqüentes os casos em que o jornal, mesmo se atendo aos fatos, são condenados a indenizar por danos jamais ocorridos. Nota-se, pela jurisprudência acima apresentada, que é necessário efetivo dano à imagem para ensejar em direito de indenização para a vítima. Pode-se considerar que, por um lado, o uso da imagem, com finalidade jornalística, deve ser preservado, sob pena de resultar em grave limite à liberdade da imprensa e ao direito e dever e informar. Por outro, é fácil constatar, por meio de um rápido levantamento de jurisprudência nos principais tribunais de justiça do país, a proliferação de ações de dano moral sem qualquer fundamento legal ou dano a ser reparado. Estas ações têm resultado em enorme despesa para os veículos e profissionais de comunicação, além de aumentar o volume de ações no Judiciário.

---

<sup>51</sup> VER: [www.tj.rj.gov.br](http://www.tj.rj.gov.br)

## **4. O PODER JUDICIÁRIO NA IMPOSIÇÃO DE LIMITES À PRÁTICA JORNALÍSTICA**

O Judiciário tem algumas formas de cercear, direta ou indiretamente, a liberdade da imprensa. Uma das formas mais comum é a condenação dos jornais a título de dano moral por reportagem que, muitas vezes apresentam apenas fatos verídicos mas, por ser ofensivo à honra ou por não conseguir sua comprovação, ensejam em indenização. Com o aumento cada vez maior das condenações pelo Judiciário, os jornais são obrigados a ter critérios cada vez mais rígidos na elaboração das reportagens. Os jornalistas passam a preferir informações de interesse coletivo pelo risco de virem a sofrer processo judicial. Uma segunda modalidade de censura, ainda mais grave e eficaz, é a concessão de liminares que proíbem os jornais de abordar determinado assunto. Inclusive este recurso está se tornando cada vez mais freqüente.

### **4.1. Cerceamento à liberdade de imprensa pela indústria do dano: o exemplo de Eduardo Consentino**

A prática de processar jornalistas por suposta ofensa e dano moral está se tornando comum. Os principais jornais têm sido alvo de ações judiciais movidas por anônimos e famosos, tanto por uso de imagem ou por noticiar fatos que seriam ofensivos à honra pessoal. Indubitavelmente a Justiça deve ser acionada sempre que há abuso de direito do jornalista e do veículo, mas, nos exemplos que serão apresentados, nota-se claro cerceamento à atividade da imprensa.

Um caso que merece destaque é o do deputado federal Eduardo Consentino da Cunha. Só com a Infoglobo – empresa que engloba, dentre outros, os jornais *O Globo* e *Extra*, como a Editora Globo responsável pela publicação da revista *Época* – o deputado ajuizou pelo menos 17 processos nos últimos anos, que tramitam nas varas cíveis da comarca da capital. Além disso, há casos em que o deputado processou criminalmente



jornalistas (processo nº 2001.001.038013/001, em trâmite na 26ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, movido pelo deputado contra a repórter do jornal *O Globo* Maria Aguida Menezes Aguiar).

A origem de tantos processos decorre do fato de o deputado ser ex-presidente da Companhia Estadual de Habitação (Cehab) e ter sido investigado por fraude em licitações para construção de casas populares e no Supremo Tribunal Federal (inquérito 2123) por suposto crime contra a ordem tributária.<sup>52</sup> Sabe-se também que o deputado ligação com o Partido Republicano Nacional (PRN), tendo sido Secretário da Executiva Nacional do partido do qual eram filiados o ex-presidente Fernando Collor de Mello e Paulo César Farias. À época foi constatado (Inquérito nº 038/93 instaurado na Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal) que, na campanha eleitoral de Collor, Eduardo Cosentino da Cunha transferiu grandes quantias de dinheiro para Jorge La Salvia, o doleiro argentino naturalizado brasileiro, indiciado por participar ativamente do “Esquema PC”.

Sendo inúmeros os envolvimento do Eduardo Consentino em episódios suspeitos de corrupção por ter ocupado cargos importantes em empresas públicas (presidente da Cehab e da Telerj), é evidente que seu nome esteve presente nas páginas dos jornais. O absurdo, entretanto, é o fato de o deputado utilizar o Judiciário como forma de censurar a atividade da imprensa, processando os jornais cada vez que é noticiado fatos sobre irregularidades ocorridas durante sua administração de empresas públicas. No processo nº 2000.001.085775-7, em trâmite na 36ª Vara Cível, o deputado processa a Editora Globo por dano moral, por causa de reportagem publicada na revista *Época* nas edições de 27 de março, 03 de abril e 10 de abril de 2000. A reportagem informava sobre a coincidente vitória de uma mesma empresa em licitações de grande monta feitas pela Cehab e de a vencedora de algumas licitações ser uma empresa de propriedade de um colega de partido do deputado Eduardo Consentino. A revista apenas noticiou os fatos, sem ter em nenhum momento afirmado que o deputado estaria envolvido em corrupção, mas o ex-presidente da Cehab processa a Editora Globo com a clara intenção de cercear a liberdade da imprensa.

---

52 VER: <http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa/ultimas/ler.asp?CODIGO=91260&tip=UN&param=>. Acesso em 14 de março de 2006.

No mesmo ano, o deputado ajuizou outros processos de indenização, como os de número 2000.001.095007-1, 2000.001.135102-0, 2000.001.139385-2 e 2000.001.141985-3 na 36ª Vara Cível, alegando ter sofrido danos morais pela publicação de matérias jornalísticas na *Revista Época*, edições de 17 de abril de 2000, 10 de junho, 24 de junho e 31 de junho, respectivamente. Veja que o deputado acusa a revista de dano moral por quatro edições consecutivas, além de três em edições do mês de junho, por noticiarem as irregularidades ocorridas no Cehab durante sua gestão. Em nenhuma das reportagens o deputado foi acusado de corrupção ou de fraude, tendo sido apenas narrado os fatos incontroversos, quais sejam os resultados das licitações e os donos das empresas vencedoras.

Em decisão proferida pela 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça na apelação oriunda da Ação de Indenização nº 2001.001.119401-8 movida por Eduardo Consentino contra a Editora Globo, o relator desembargador Edson Vasconcelos, conferiu a liberdade à imprensa:

Em primeiro lugar, não foram inventados pelo entrevistador os rumores a respeito de existência de investigação envolvendo o autor por fraude em licitações para construção de casas populares, por isto que a entrevistada não só confirmou o fato como fez imediata defesa do marido no episódio, dizendo-o inocente. Ademais, note-se que o entrevistador refere-se a envolvimento do autor em investigação e o documento de fl. 82 apenas certifica inexistência de ajuizamento de ações civis e penais publicadas pelo Ministério Público, mas menciona encaminhamento ao órgão ministerial de peças de informações remetidas pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, citando ainda apurações em processos que menciona e tramitação de um inquérito civil e de dois inquéritos policiais. Logo, infere-se daquela certidão que investigações realmente ocorreram. (Apelação Cível Nº 2003.001.17713, Décima Sexta Câmara Cível. Data do julgamento: 21/10/2003)

Mesmo que em certos casos seja conferido o direito à imprensa, o simples fato de jornais e jornalistas serem processados por uma reportagem que, em uma rápida análise, não estariam violando nenhum direito individual, deixa os jornalistas cada vez mais temerosos de sofrer processos judiciais.

## **4.2. O cerceamento à liberdade de imprensa por censura prévia**

Tem se tornado comum políticos, empresas e até mesmo membros do poder Judiciário temerem que a imprensa noticie casos de corrupção em que estejam envolvidos. Se o ilícito já foi praticado e, pior, descoberto, o que pode ser feito para evitar a publicação na mídia?

Muitos descobriram a solução e obtiveram, por meio de liminar, decisão que impede que a imprensa noticie o fato. Sob alegação de ser informação sigilosa ou violação da privacidade, tem sido comum a concessão das liminares.

### **▪ Daniel Ferreira *versus* jornal A Crítica**

Trata-se do caso do juiz de direito da 4ª Vara Cível de Manaus, que concedeu liminar em favor do desembargador Daniel Ferreira da Silva, corregedor geral do Tribunal de Justiça do Amazonas, que estava sendo investigado pelas CPIs do Narcotráfico e do Judiciário sob suspeita de envolvimento no esquema de venda de alvarás de soltura de presos e traficantes naquele estado. A liminar determinou que a Empresa de Jornais Calderaro Ltda. – jornal *A Crítica* – abstenha-se de proceder, a qualquer título, quaisquer publicações de notícias e imagens, estáticas ou dinâmicas, sobre o desembargador e os fatos contra o mesmo publicados até o presente, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 por dia ou fração de dia por descumprimento da medida até julgamento da Ação de Indenização de Dano Moral proposta pelo desembargador contra o jornal.<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> VER: <http://www.liberdadedeimprensa.org.br/?q=node/411>. Acesso em 10 de março de 2006.

## ▪ **Garotinho *versus* empresas jornalísticas**

Outro exemplo envolve o ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. *O Globo* publicou reportagem sobre suposto envolvimento do ex-governador em caso de suborno, em que teria sido paga determinada quantia de dinheiro a um fiscal, a fim de ser autorizado o sorteio de carros e de uma casa no programa "Show do Garotinho", exibido pela TV Bandeirante. E, na mesma matéria, foi anunciada a divulgação do conteúdo de fitas que comprovariam as denúncias do suborno.

Objetivando cercear o direito da imprensa de apresentar os dados obtidos em gravações, Anthony Garotinho ingressou com medida cautelar inominada no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para impedir que empresas jornalísticas, entre as quais Editora Globo, Infoglobo, Editora Abril, TV Globo, Rádio CBN, O Estado de São Paulo, Rede Record, Tribuna da Imprensa e Folha da Manhã, divulgassem o conteúdo de fitas cassetes em que estão gravadas conversas telefônicas entre ele e terceiros, alegando que tal divulgação seria ilícita e lhe causaria danos. Pretendeu, ainda, a busca e apreensão de tais fitas.

A pretensão foi, em parte, alcançada. O juiz da 21ª Vara Cível deferiu a liminar, proibindo que as empresas de comunicação de reportar sobre o conteúdo das fitas:

(...) que as rés se abstenham se, por si ou por terceiros de qualquer forma a eles ligados ou vinculados, de veicular publicamente, perante a imprensa escrita ou falada, quaisquer gravações ou fitas, ou ainda transcrições ou escritos, relativos à interceptação de ligações telefônicas do autor, sob pena de multa diária de R\$ 200.000,00.<sup>54</sup>

O caso, cujo início data do ano de 2001, é um exemplo claro de censura, obtido para que não prejudicasse sua pretensão eleitoral, pois, em 2002, Garotinho se lançou a candidato à presidência da República. Embora contrariando preceitos constitucionais que condenam a censura prévia, o Judiciário foi capaz de proibir a divulgação das fitas, em prol

---

<sup>54</sup> Decisão proferida nos autos da medida cautelar nº 2001.001.04538-8, movida por Anthony Willian Garotinho Matheus de Oliveira contra Infoglobo Comunicações S.A. e outros.

do direito individual do ex-governador. Ao contrário, quase todas as notícias envolvendo funcionários ou agentes do poder público são de interesse geral, tratando-se de garantia que resguarda o sistema democrático e republicano.

▪ **Euro *versus* Infoglobo e Editora Globo**

A empresa Euro Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., envolvida na CPI dos Correios, foi acusada, no relatório final da referida comissão parlamentar de inquérito, de causar danos a fundos de pensão, principalmente ao Geap, a Prece, ao Refer e a Nucleos, além de seus dirigentes (Jorge Luiz Gomes Chrispim, João Luiz Ferreira Carneiro, Sérgio de Moura Soeiro ou mesmo outros a serem identificados) terem sido acusados de contribuírem para promover desvios de recursos das referidas entidades de previdência complementar, mediante operações com títulos públicos federais, debêntures e TDA. Segundo os indícios do inquérito parlamentar, a atitude da empresa Euro poderia configurar, entre outros delitos, estelionato (art. 171 do Código Penal) e manipulação do mercado (art. 27-C, da Lei nº 6.385/76). Desta forma, estando a empresa Euro envolvida em corrupção e tendo fortes indícios de que efetivamente teria praticado os ilícitos aos quais está sendo acusada, seria natural que a imprensa noticiasse sobre os ilícitos cometidos pela mesma, bem como fornecesse aos leitores todas as informações que entendessem necessárias.

Prevendo futuras reportagens sobre o assunto, a empresa pretendeu impedir que fossem divulgadas informações relativas à sua movimentação financeira, escutas telefônicas. Para tanto, obteve liminar em recurso de Agravo de Instrumento nº.2006.002.02732 interposto na 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e a desembargadora Helda Lima Meireles deferiu em parte a pretensão da EURO, argumentando:

Concedo parcialmente o efeito suspensivo pleiteado a fim de determinar que os agravados se abstenham de publicar qualquer notícia que esteja inserida nos dados sigilosos protegidos pela decisão da Suprema Corte, sob pena de multa de R\$200.000,00 (duzentos mil reais).<sup>55</sup>

A proteção citada pela desembargadora é referente à decisão proferida pelo STF que impediu que a CPI dos Correios quebrassem os sigilos bancários, fiscal e telefônico da empresa. Porém, a garantia básica da liberdade de expressão é um dos fundamentos que repousa a ordem democrática e nenhuma autoridade pode impor qualquer tipo de censura prévia, como a acima estabelecida. Deve-se ter especial atenção ao inquestionável interesse coletivo a quaisquer notícias envolvendo corrupção em fundos de pensão, principalmente por ser uma discussão travada em CPI.

No caso de a imprensa cometer qualquer abuso ou apresentar dados divorciados da verdade, a empresa poderá entrar com pedido de reparação. O que não se pode é retirar da imprensa o direito de exercer sua principal atividade, isto é, informar. Este é mais um entre muitos casos em que o poder Judiciário impõe censura prévia aos veículos de comunicação, contrariando a garantia constitucional de que veda toda e qualquer forma de censura prévia.

---

<sup>55</sup> Agravo de Instrumento número 2006.002.02732, Sétima Câmara Cível. Agravante Euro Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários SA, agravadas Editora Globo e Infoglobo. Processo originário n. 2006.001.014173-0, em trâmite na 46ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As normas jurídicas não existem senão na sociedade e não podem ser concebidas fora dela. A realidade jurídica tem como característica a socialidade, a qualidade de ser social. Ante as necessidades sociais, o ordenamento jurídico disciplina as relações, impondo juízo de valor e sanções com objetivo de garantir a conduta que o direito entende como adequada.<sup>56</sup> Levando em consideração as necessidades da sociedade de assegurar a atividade da imprensa, a Constituição Brasileira garantiu sua liberdade e proibiu as diferentes formas de censura. Para garantir, este direito os órgãos de imprensa gozam de proteção superior ao padrão vigente para o restante da sociedade, devendo ser entendido não como privilégio, mas como reconhecimento da função social e essencial da imprensa.

Justamente por ter sua liberdade garantida, a imprensa passa a ter também uma dívida, que a obriga a retribuir a expectativa da sociedade e a fornecer todas as informações que considerar de interesse público. Como atividade dinâmica, ágil e diária, a imprensa tem o dever de divulgar as informações imediatamente, sob pena de ocultar da sociedade fatos politicamente e socialmente necessários. Paralelamente, não se pode exigir da imprensa a certeza absoluta sobre a veracidade de informações, sob pena de impor-lhe um ônus inexecutável, a embaraçar-lhe o funcionamento. Os meios de comunicação social devem portar-se com lealdade, probidade e boa-fé, e realizar as diligências razoavelmente necessárias à busca da verdade.

Se o jornalista obtém informação com a devida observância do seu dever de cuidado e com base em fontes confiáveis, estabelecendo-se a forte possibilidade de que o fato seja verdadeiro, não há como se exigir da imprensa que, antes de dar publicidade ao fato, obtenha comprovação cabal, sob pena de impedir-lhe, por inteiro, o exercício de suas atividades, impondo-lhe o ônus que não deixa de configurar uma forma de censura, e que

---

<sup>56</sup> Ver: REALE, Miguel. *Lições Preliminares de direito*. 26 Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

priva o público do conhecimento de informações de grande relevância, que podem mesmo contribuir para a atuação da sociedade e dos órgãos públicos.

Mesmo com as garantias especiais que protegem a liberdade de imprensa, as normas tutelares da honra, da intimidade e da vida privada da imagem das pessoas devem ser aplicadas à imprensa, porém com incidência reduzida. O importante, no entanto, é que a imprensa não se divorcie de sua função social sob pena de perder suas garantias, direitos e proteções legais, que têm função de preservar não somente seu direito de divulgação mas, igualmente, o direito à informação por parte da sociedade.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Marco Antônio de. Sigilo profissional. Reflexos da violação no âmbito das provas ilícitas. *Revista dos Tribunais*, nº 733, Ano 85, nov/1996. Editora Revista dos Tribunais.

BASTOS, Celso. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1989. 2º vol.

BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da Personalidade*. Forense Universitária Biblioteca Jurídica, 1989. .

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASTRO, Flávia de Almeida Viveiros de. A liberdade de expressão no contexto dos Direitos Fundamentais, a responsabilidade da Imprensa e os Tribunais. Disponível em <http://www.mundojuridico.adv.br>.

Código Civil, Código de Processo Civil, Constituição Federal. Anne Joyce Angher (coord.). 4 . ed. São Paulo: Rideel, 2004.

DICIONÁRIO Aurélio Eletrônico Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira /Lexikon Informática, 1999.

Direito Constitucional: Estudos em Homenagem a Paulo Bonavides. São Paulo: Editora Malheiros, 2001.

HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEYSLER, Maria Fátima Vaquero Ramalho. *Direito à Liberdade de Imprensa*. Disponível em: [http://www.apmp.com.br/deptos/estudos/temas/tm\\_vaquero1.htm](http://www.apmp.com.br/deptos/estudos/temas/tm_vaquero1.htm).

LUIZ EDMUNDO. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. v. 15.

Manual da Folha de São Paulo. Disponível em [http://www.1folhauol.com.br/folha/circulo/manual\\_projeto\\_i.html](http://www.1folhauol.com.br/folha/circulo/manual_projeto_i.html).

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). Imprensa e poder. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

NOGUEIRA, Rodrigo Guimarães Pinto. A tutela estatal preventiva sobre a vida privada. Disponível em:

REALE, Miguel. Lições Preliminares de direito. 26ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROSSI, Clóvis. O que é jornalismo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SCHREIBER, Simone. Conteúdo e justificativa teórica da liberdade de expressão . Jus Navigandi, Teresina, a. 9, n. 781, 23 ago. 2005. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7184>.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. A história da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. O mundo dos jornalistas. São Paulo: Summus, 1993.

VALLS, Álvaro L. M. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 18

#### *SITES:*

<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto>.

<http://www.liberdadedeimprensa.org.br>

<http://www.jusnavegandi.com.br/doutrina/colisdir.html>

<http://www.mundojuridico.adv.br>

<http://www.stj.gov.br>

<http://www.stf.gov.br>

<http://www.tj.rj.gov.br>

